Opinião socialista

PSTU

Ano VIII Edição 146
De 13 a 26/03/2003
Contribuição: R$ 2,00

TRABALHADORES QUEREM MUDANÇA...

...MAS LULA ESTÁ MANTENDO A POLÍTICA DE FHC

REFORMA DA PREVIDÊNCIA BENEFICIA BANQUEIROS

Lei anesta edição o Suplemento Especial sobre a Reforma da Previdência, uma das exigências do FMI que o governo passado não conseguiu concluir e que, agora, o governo Lula pretende enviar ao Congresso. Entenda o significado da Reforma, o que ela pode afetar na vida dos trabalhadores e os depoimentos de lideranças do Serviço Público Federal, que pode ir à greve contra o governo.

PÁGINAS 7 A 10

CAROS LEITORES

*Capa do **Opinião** nº74, de 23 de abril de 1999, o primeiro a custar R$1,50*

A partir desta edição do **Opinião Socialista** fomos obrigados a elevar seu preço de capa. Desde abril de 1999, quando o jornal passou a ter a sua capa colorida, mantivemos o preço de R$ 1,50.

Em 2001, o jornal adotou um novo projeto gráfico e editorial que, além da capa colorida, usa duas cores para as páginas internas, manteve 16 páginas, e publica vários encartes especiais.

Nestes últimos quatro anos mantivemos o preço de capa congelado. Mas o aumento dos custos de produção e distribuição nos obrigou a elevar o preço para R$ 2,00.

Esperamos que nossos leitores e assinantes sigam lendo, discutindo e divulgando o **Opinião Socialista**, para que ele cada vez mais se consolide e avance como um importante jornal da imprensa operária e popular no nosso país.

SUMÁRIO

NOTAS

ABLA SA'ADAT É LIBERTADA!

Abla Sa'adat, presa pelo Estado de Israel quando se dirigia ao III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, foi solta na manhã do dia 7 de março. Da mesma forma como foi presa, também não recebeu uma razão para sua libertação.

Mesmo com a libertação de Abla, 65 palestinas continuam detidas por Israel, na seção de Neveh Terzah da prisão de Ramleh. Destas, 10 são menores de idade, o que viola as normas básicas de detenção e a Convenção dos Direitos das Crianças.

A libertação de Abla deve servir de incentivo para que intensifiquemos a campanha em defesa de todos os presos políticos que lutam pela autodeterminação da Palestina.

Abaixo o Estado de Israel! Viva a Palestina Laica, Democrática e não racista!

PSTU É PERSEGUIDO EM JUAZEIRO...

Na Câmara Municipal de Juazeiro do Norte (CE), o vereador Fábio José (PSTU) e mais dois vereadores, um do PT e outro do PSB, receberam intimidações porque solicitaram a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O telefonema para Fábio dizia claramente que "se a CPI prejudicasse algum ***amigo***, os vereadores sofreriam as conseqüências".

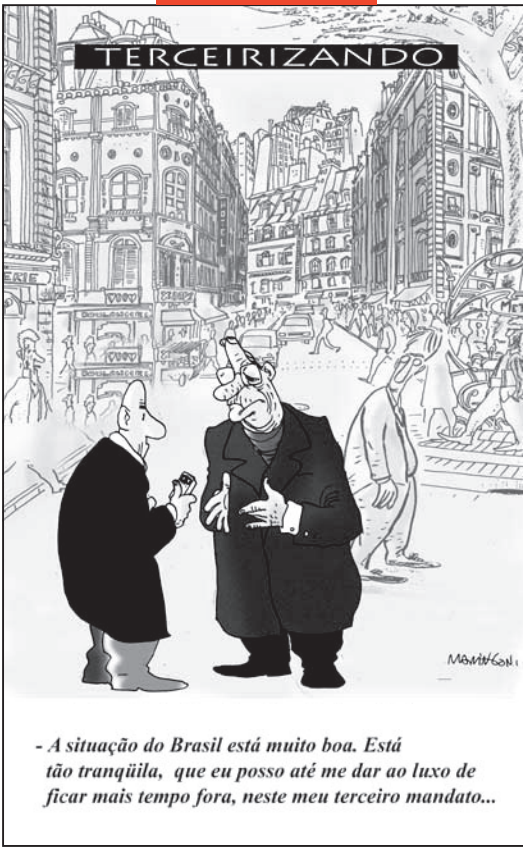
O motivo que levou Fábio a pedir a CPI foi o "desaparecimento" de um cheque no valor de R$ 60 mil. Os três estão dando parte do caso nas polícias Civil e Federal e denunciando a ameaça na imprensa.

Solicitamos que as entidades do movimento sindical, estudantil e popular enviem moções de solidariedade aos vereadores ameaçados, exigindo do Presidente da Câmara Municipal de Juazeiro, João Alves de Almeida, a instalação da CPI, pelo fax (88) 511.1976, com cópia para o Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Regional do Cariri (Sindurca), (88) 521.0049.

- A situação do Brasil está muito boa. Está tão tranqüila, que eu posso até me dar ao luxo de ficar mais tempo fora, neste meu terceiro mandato...

...E EM CAMPOS DO JORDÃO

No dia em que o PSTU inaugurava a sua sede na cidade de Campos de Jordão (SP), a polícia local expedia um mandado de busca e apreensão na casa de Paulo Siqueira, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Alimentação e militante do PSTU. Na delegacia, Paulo perguntou ao delegado os motivos que levaram a polícia a tomar essa atitude. O delegado falou que o mandado se baseava em uma denúncia anônima e que Paulo estava com sorte da polícia "não ter plantado um sapo na casa dele".

Fica claro que esta medida é uma tentativa de intimidar o trabalho do partido na cidade, que vem apoiando a luta dos trabalhadores em hotel, como foi durante a greve do Hotel Mont Blanc.

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CGC 73282.907/000-64 Atividade principal 61.81

CORRESPONDÊNCIA
Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino
São Paulo - SP- CEP 04040-030
e-mail: *opiniao@pstu.org.br*
Fax: (11) 5575-6093

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Eduardo Almeida, Euclides de Agrela, Júnia Gouveia, José Maria de Almeida e Valério Arcary

EDIÇÃO
Euclides de Agrela

REDAÇÃO
Fernando Silva, Luiza Castelli, Mariúcha Fontana

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Gustavo Sixel

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Ana Rosa Minutti, André Valuche, Américo Gomes, Eduardo Almeida, Leandro Nascimento, Lício Romero, João Ricardo, Jocilene Chagas, Raed el Arabi

IMPRESSÃO
GazetaSP - Fone: (11) 6954-6218

AQUI VOCÊ ENCONTRA O PSTU

■ **SEDE NACIONAL**
R. Loefgreen, 909
Vila Clementino
São Paulo - SP
(11) 5575.6093
pstu@pstu.org.br
www.pstu.org.br

■ **ALAGOINHAS (BA)**
R. Alex Alencar, 16 -Terezópolis - *alagoinhas@pstu.org.br*

■ **ARACAJU (SE)**
Pça. Promotor Marques Guimarães, 66 A, cjto. Augusto Franco - Fonolândia
aracaju@pstu.org.br

■ **BAURU (SP)**
R. Cel. José Figueiredo, 125 - Centro - (14)227.0215-
bauru@pstu.org.br

■ **BELÉM (PA)**
Av. Gentil Bittencourt, 2089 - São Bras - (91)259.1485 -
belem@pstu.org.br

■ **BELO HORIZONTE (MG)**
Rua Tabaiares, 31 - Floresta (Estação Central do metrô)
(31)3222.3716 - *bh@pstu.org.br*

■ **BRASÍLIA (DF)**
Setor Comercial Sul - Quadra 2 - Ed. Jockey Club - Sala 102
brasilia@pstu.org.br

■ **CAMPINAS (SP)**
R. Marechal Deodoro, 786
(19)3235.2867-
campinas@pstu.org.br

■ **CAMPOS DO JORDÃO (SP)**
Av. Frei Orestes Girard, 371 sala 6 - Bairro Abernéssia
(12)3664.2898

■ **CAXIAS DO SUL (RS)**
Rua do Guia Lopes, 383, sl 01 (próximo da rodoviária)
(54)9974-4307

■ **COMETÁ (PA)**
R. Cel, Raimundo Leal, 925

■ **CONTAGEM (MG)**
Rua França, 532
Sala 202 - Eldorado

■ **CURITIBA (PR)**
R. Alfredo Buffren, 29, sala 4, Centro

■ **DIADEMA (SP)**
R. dos Rubis, 359 - Centro
(11)9891-5169
diadema@pstu.org.br

■ **DUQUE DE CAXIAS (RJ)**
R. das Pedras, 66/01, Centro

■ **FLORIANÓPOLIS (SC)**
Rua Nestor Passos, 104
Centro (48)225.6831 -
floripa@pstu.org.br

■ **FORTALEZA (CE)**
Av. da Universidade, 2333
(85)221.3972 -
fortaleza@pstu.org.br

■ **FRANCO DA ROCHA (SP)**
R. Washington Luiz,43 -Centro

■ **GOIÂNIA (GO)**
R. 242, Nº 638, Qda. 40, LT 11, Setor Leste Universitário - (62)202-4905

■ **GUARULHOS (SP)**
R.Miguel Romano, 17 - Centro
(11)64410253

■ **JACAREÍ (SP)**
R. Luiz Simon,386 - Centro -
(12)3953-6122

■ **JOÃO PESSOA (PB)**
R. Almeida Barreto, 391 - 1º andar - Centro -
(83)241-2368 -
joaopessoa@pstu.org.br

■ **JUIZ DE FORA (MG)**
Tv Antônio Alves Souza, 16 - Bairro Santa Catarina
(32)9966-1136/ 9979-8664

■ **LORENA (SP)**
Praça Marechal Mallet, 23 sala 1 - Centro

■ **MACAPÁ (AP)**
Av. Antonio Coelho de Carvalho, 2002 - Santa Rita -
(96)9963.1157 -
macapa@pstu.org.br

■ **MACEIÓ (AL)**
R. Inácio Calmon, 61 - Poço -
(82)971.3749

■ **MANAUS (AM)**
R. Emilio Moreira, 801- Altos - 14 de Janeiro - (92)234.7093
manaus@pstu.org.br

■ **MUCURI (BA)**
R. Jovita Fontes, 430 - Centro (73)206.1482

■ **NATAL (RN)**
R. Dr. Heitor Carrilho, 70
Cidade Alta - (84)201.1558

■ **NITERÓI (RJ)**
R. Dr. Borman, 14/301 - Centro - (21)2717.2984 -
niteroi@pstu.org.br

■ **NOVA IGUAÇU (RJ)**
R. Cel. Carlos de Matos, 45
Centro

■ **PASSO FUNDO (RS)**
XV Novembro, 1175 -
Centro - (54)9982-0004

■ **PELOTAS (RS)**
(53)9104-0804 -
pstupelotas@yahoo.com.br

■ **PORTO ALEGRE (RS)**
R. General Portinho, 243
(51)3286.3607 -
portoalegre@pstu.org.br

■ **RECIFE (PE)**
R. Leão Coroado, 20 - 1º andar - Boa Vista - (81)3222.2549 -
recife@pstu.org.br

■ **RIBEIRÃO PRETO (SP)**
R. Saldanha Marinho,87 - Centro - (16)637.7242 -
ribeiraopreto@pstu.org.br

■ **RIO GRANDE (RS)**
(53)9977.0097

■ **RIO DE JANEIRO (RJ)**
rio@pstu.org.br

Praça da Bandeira
Tv. Dr. Araújo, 45 -
(21)2293.9689

Zona Oeste
Estrada de Monteiro, 538 - Casa 02 - Campo Grande - RJ

■ **SANTA MARIA (RS)**
(55)9989.0220 -
santamaria@pstu.org.br

■ **SALVADOR (BA)**
R.Coqueiro de Piedade, 80 - Barris - (71)328-6729
salvador@pstu.org.br

■ **SANTO ANDRÉ (SP)**
R. Adolfo Bastos, 571
Vila Bastos - (11)4427-4374
www.pstunoabc.hpg.com.br

■ **SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP)**
R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro
(11)4339-7186 e 6832-1664
pstusaopaulo@ig.com.br

■ **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP)**
R. Mário Galvão, 189
(12)3941.2845
sjc@pstu.org.br

■ **SÃO LEOPOLDO (RS)**
R. São Caetano, 53

■ **SÃO LUÍS (MA)**
(98)276.5366 / 9965-5409 -
saoluis@pstu.org.br

■ **SÃO PAULO (SP)**
saopaulo@pstu.org.br

Centro
R. Nicolau de Souza Queiroz, 189 - (11)5904.2322

Zona Sul
Santo Amaro: R. Cel. Luis Barroso, 415 -(11)5524-5293
Campo Limpo: R. Dr. Abelardo C. Lobo, 301 - piso superior

Zona Leste
Av. São Miguel, 9697
Pça do Forró - São Miguel -
(11)6297.1955

Zona Oeste
Av. Corifeu de Azevedo Marques, 3483
Butantã - (11)3735.8052

Zona Noroeste
R. Filomeno Bochi Pilli, 140, sala 5 - Freguesia de O'
(11)3978.2239

■ **SUZANO (SP)**
Av. Mogi das Cruzes,91 - Centro (11) 4742-9553

■ **TAUBATÉ (SP)**
Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/ sala 3 - Centro

■ **TEREZINA (PI)**
R. Quintino Bocaiúva, 778/n.

■ **UBERABA (MG)**
R. Tristão de Castro, 127 -
(34)3312.5629
uberaba@pstu.org.br

■ **VITÓRIA (ES)**
Av. Governador Bley, 186 - Sala 611 - Edifício Bemge
Centro

■ **VOLTA REDONDA (RJ)**
Rua Peri, 131 - casa 2 - Eucaliptol

CONTINUIDADE DA POLÍTICA ECONÔMICA DE FHC, NÃO!

Passado o Carnaval, o país começa a encarar a vida como ela é. Quando fechávamos esta edição do **Opinião Socialista**, era publicada uma pesquisa da CNT/Sensus que divulgava uma queda na avaliação positiva do governo Lula de 56,6%, no início de janeiro, para 45%, entre os dias 8 e 10 de março.

Trata-se de um primeiro e importante sinal de que os trabalhadores e o povo não vão agüentar paciente e passivamente que o governo Lula dê continuidade à mesma política econômica que os massacrou durante oito anos e fez a alegria dos banqueiros e especuladores do mercado financeiro.

No instante em que esta pesquisa era divulgada, os jornais de todo o país falavam da autocrítica que parlamentares do PT e membros do governo, com Aloísio Mercadante à frente, haviam feito por não terem apoiado as reformas neoliberais propostas por Fernando Henrique Cardoso - em particular a reforma da previdência - e que agora Lula se esforça para aprovar.

A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO LULA SEGUE A MESMA RECEITA DE MALAN E DO FMI QUE SÓ FEZ O BOLO MURCHAR

A continuidade da política econômica recessiva de FHC, na medida em que segue privilegiando o pagamento das dívidas externa e interna através de elevadas taxas de juros, do aumento do superávit primário e dos cortes no Orçamento das áreas sociais, leva inclusive a que setores do PT e do próprio governo Lula comecem a falar da necessidade de um Plano B.

Acontece que para a cúpula do PT não há outro plano senão a continuidade à política econômica do governo anterior. Mais que isso: precisa radicalizar e aprofundar a sua aplicação diante da iminência da guerra imperialista, das pressões crescentes dos Estados Unidos para antecipar a Alca e do aprofundamento da crise econômica que pinta um quadro sombrio que combina recessão e inflação. Como disse Otávio Frias, a política do governo Lula vem se resumindo a um *"choque de gestão: fazer as mesmas coisas sim, mas com mais competência gerencial"* (FSP 13/0303).

Após dois meses do início do mandato, fica evidente que mesmo as promessas de que as taxas de juros cairiam e de que se adotaria uma política que privilegiasse o setor "produtivo", com vistas a retomar o crescimento econômico, foram abandonadas. O governo Lula não está se quer buscando fazer o "bolo crescer", para depois repartir. Sua política econômica segue a mesma receita monetarista de Pedro Malan e do FMI, que só faz o "bolo murchar". Enquanto isso, os banqueiros seguem com as maiores fatias e aos trabalhadores não restam nem mesmo migalhas.

PARA CONQUISTAR MUDANÇAS É PRECISO IR À LUTA

Diante desse quadro, os trabalhadores não podem ficar parados, esperando que Lula atenda suas reivindicações, quando na prática o governo está preparando novos ataques ao nível de vida e as conquistas sociais da classe.

É preciso fazer uma grande campanha nacional contra a reforma da previdência que transferirá para os bancos privados a gestão das aposentadorias dos trabalhadores e arrancará mais e mais direitos sociais conquistados as custas de muita luta. Os sacrificados não serão somente os funcionários públicos. Todos os trabalhadores perderão, sejam do serviço público ou do setor privado.

Os servidores públicos federais (SPFs) já iniciaram sua campanha salarial de emergência que tem como eixo a luta contra a reforma da previdência e pela reposição das perdas salariais acumuladas durante oito anos de arrocho. É preciso cercar de solidariedade os SPFs, contra a campanha mentirosa da mídia, que os acusa de privilegiados. Mas é necessário ir além do apoio aos servidores.

COM A REFORMA DA PREVIDÊNCIA, NÃO SÓ OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS SERÃO SACRIFICADOS. TODOS OS TRABALHADORES PERDERÃO

Os trabalhadores da iniciativa privada devem seguir o exemplo dos servidores públicos e também ir à luta em defesa dos seus salários e empregos. A exigência de reposição das perdas, a adoção de um gatilho salarial automático para cada vez que a inflação ultrapassar 5% e a redução da jornada de trabalho sem redução dos salários estão colocadas na ordem do dia. Os metalúrgicos da Federação Nacional dos Metalúrgicos da CUT já iniciaram discussões nesse sentido, e podem ir à luta junto com os servidores públicos ainda no mês de março.

Por fim, é fundamental que se dê continuidade à campanha em defesa do plebiscito oficial sobre a Alca em 2003. Ainda mais agora, com a iminência da guerra, o imperialismo norte-americano apressa todos os prazos para a antecipação do Acordo.

Combinar a luta contra a guerra e a Alca, levar o abaixo-assinado para as novas manifestações anti-imperialistas e denunciar os planos de fome do imperialismo são parte de uma só e mesma luta ■

Novos crimes envolvem usineiros suspeitos da morte de José Luís e Rosa

AMÉRICO GOMES,
de São Paulo

José Luís e Rosa foram assassinados em 12 de junho de 1994 dentro de sua casa. O Instituto José Luís e Rosa Sundermann, criado em homenagem aos dois dirigentes do PSTU, havia apresentado ao inquérito policial a necessidade de se ouvir Ricardo Titoto Neto, Humberto Titoto e Cid Romero Barros, donos e administradores da Usina Ipiranga, em Descalvado, suspeitos de serem mandantes do crime.

Também foi pedido um novo depoimento do Major Ricardo Souza, que em seu depoimento inicial referia-se à sua relação com o Sr. Humberto Titoto, como um *"relacionamento de serviço"*. Até o presente momento nada disso havia sido averiguado.

José Luís e Rosa, antes do assassinato, foram ameaçados várias vezes por estes senhores, porque estavam à frente de uma greve de catadores de laranja, na Usina Ipiranga, em 1993.

No entanto, um novo assassinato deve impulsionar novamente as investigações. Na Segunda-feira, dia 24 de Fevereiro, os jornais noticiaram que Alexandre Titoto, que pertence à família dona da Ipiranga, havia assassinado o banqueiro Carlos Alberto Araújo. De acordo com o laudo do IML, o banqueiro deve ter sido enterrado vivo no canavial da Fazenda Barra Grande, em Serrana, de propriedade de Ricardo Titoto, irmão de Alexandre.

O crime envolve "transações comerciais" em valores que chegam a 4,7 milhões de dólares e a fraude do seguro de um Mercedes-Benz, com placas frias e denuncia de roubo. O carro estava em poder de Titoto e foi usado para transportar o corpo de Araújo.

A brutalidade do crime joga luz sobre os assassinatos dos militantes do PSTU. Os advogados do Instituto entrarão com uma requisição no Inquérito de Zé Luís e Rosa, para que seja ouvido Alexandre Titoto, e se possa estabelecer uma possível relação entre os crimes.

ARQUIVO PSTU

ZÉ LUIS EM 1988, DURANTE ELEIÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

A burguesia define a política econômica e os trabalhadores pagam a conta

COM O AUMENTO DA INFLAÇÃO, LULA TOMA MEDIDAS RECESSIVAS, QUE SÓ GERARÃO MAIS DESEMPREGO E AUMENTARÃO A CARGA DA CRISE SOBRE OS TRABALHADORES

LUIZA CASTELLI,
da redação

As emissoras de televisão vêm exibindo, em horário nobre, uma propaganda oficial na qual se relacionam as medidas tomadas pelo governo Lula para mudar o Brasil com as obras que precisam ser feitas numa casa sem que os moradores saiam. É explicada a intenção de "reformar" a casa com o mínimo possível de "incômodo" para quem está dentro dela. Mas quem está realmente sendo incomodado com a política adotada por Lula e a quem essa reforma vai afetar?

O desemprego continua subindo e registrou alta de 0,7% entre o final do ano passado e janeiro de 2003. A conclusão é a mesma para os resultados das duas principais pesquisas sobre emprego e desemprego realizadas no país, ainda que os índices apontados sejam diferentes.

Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Seade/Dieese, 18,6% da população economicamente ativa da Grande São Paulo estava desocupada em janeiro, o pior resultado para o mês desde que os institutos iniciaram a PED, em 1985. O tempo médio para que o desempregado consiga uma nova ocupação foi calculado pelo Seade/Dieese em 53 semanas, ou seja, mais de um ano. Já o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta um índice de desemprego de 11,2% em janeiro.

Para quem se mantém no mercado de trabalho, a situação também é ruim: durante o ano passado, a renda dos trabalhadores na Grande São Paulo caiu em média 8,8%. A queda foi ainda maior para os assalariados, que tiveram seus rendimentos diminuídos em 9,4% entre dezembro de 2001 e dezembro de 2002. Trocando em miúdos, isso significa que as empresas não só estão demitindo, mas que as contratações são feitas com salários ainda mais rebaixados.

> AS EMPRESAS NÃO SÓ ESTÃO DEMITINDO, MAS AS CONTRATAÇÕES SÃO FEITAS COM SALÁRIOS MUITO MENORES

À recessão econômica está se juntando à inflação, que voltou a crescer este ano (chegando a 2,28% em fevereiro, segundo o IGP-M da Fundação Getúlio Vargas) e ameaça sair do controle. Desde o ano passado, já se alertava para o risco das empresas repassarem aos consumidores os aumentos de custos gerados pela alta do dólar e pelos reajustes das tarifas públicas, provocando uma inflação maior que a registrada em 2002.

SAIU FHC, ENTROU LULA: FICAM A POLÍTICA DE RECESSÃO E JUROS ALTOS

Esse quadro, que é mais grave nas regiões metropolitanas, mas se reproduz no restante do país, faz parte da herança deixada por FHC e seus oito anos de imposição de medidas econômicas recessivas, como a elevação sistemática da taxa de juros, em nome da manutenção da estabilidade do Real.

Então, não se pode questionar o atual governo, que está no poder a menos de três meses, pelas dificuldades pelas quais passa o país? Errado. Cabe responder a esta pergunta com outra: Qual tem sido a política de Lula desde a posse? A resposta é que Lula decidiu manter os mesmos princípios econômicos que colocaram o país na situação atual. Sob o argumento de segurar a inflação e não "assustar" o capital financeiro internacional, impõe mais desemprego e prejuízos aos trabalhadores.

> SEGUNDO O IPEA, AS PRINCIPAIS MEDIDAS DE LULA NOS SEUS DOIS PRIMEIROS MESES DE MANDATO SÃO CONTRÁRIAS À GERAÇÃO DE EMPREGOS

Estudo do Ipea, instituto econômico subordinado ao Ministério do Planejamento, dirigido atualmente por Guido Mantega, deixa essa política às claras. Baseado num método que relaciona desemprego e controle da inflação, o órgão apontou a "necessidade" de aumentar em um ponto percentual a taxa de desemprego em relação à do final de 2002. Para o Ipea, mais 832 mil trabalhadores deveriam perder o emprego no país para que a inflação pudesse ser controlada.

Apesar do mal-estar causado pela divulgação do estudo e das contestações feitas por membros do governo, o mesmo trabalho do Ipea mostrou que as principais medidas adotadas por Lula nos seus primeiros dois meses de mandato são contrárias à geração de empregos. Segundo o instituto, cada ponto percentual de aumento na taxa de juros (que subiu de 25% para 26%) representa queda de 0,2% na expectativa de crescimento econômico, o que provoca recessão e alta no desemprego. Ainda de acordo com as estimativas do Ipea, cada ponto percentual de aumento do superávit primário ocasiona redução de 1,4% na expectativa de crescimento.

Cabe perguntar a Lula: Como é possível fazer mudanças em favor dos trabalhadores e do povo sobre alicerces podres? Se as estruturas já estão corroídas, sem uma mudança nas bases da política econômica, mais cedo ou mais tarde a casa cai ■

TRABALHADORES PRECISAM DE CAMPANHAS SALARIAIS DE EMERGÊNCIA

Diante da continuidade da política econômica recessiva de FHC por parte do governo Lula, os sindicatos precisam organizar campanhas salariais de emergência.

A primeira reivindicação destas campanhas deve ser a reposição das perdas salariais ocasionadas pelo aumento da inflação. Junto com isto deve se reivindicar o aumento imediato do salário mínimo para 100 dólares (R$ 350,00) rumo ao mínimo do Dieese.

Em segundo lugar, deve-se exigir do governo Lula a instituição de um gatilho salarial para cada vez que a inflação alcançar 5%. Assim, o reajuste dos salários seria automático de acordo com o aumento da inflação.

Em terceiro lugar é preciso reivindicar a redução da jornada de trabalho sem redução dos salários. Com isso seria possível gerar milhares de novos empregos.

A Federação Nacional Metalúrgica (Fenam-CUT), que organiza importantes sindicatos em Minas Gerais e no interior de São Paulo, como São José dos Campos e Campinas, já está debatendo estas propostas, incorporando inclusive em sua pauta a luta contra a reforma da previdência e a guerra imperialista.

Os metalúrgicos da Fenam no próximo dia 21 de março devem organizar manifestações para levantar as reivindicações da campanha salarial e protestar contra a agressão dos EUA ao Iraque.

Ao contrário da direção majoritária da CUT, que segue defendendo a política econômica do governo Lula, os demais sindicatos da Central devem seguir o exemplo da Fenam e organizar a luta por salário e emprego em suas categorias.

Novas ocupações do MST enfrentam Governo Lula

EM PLENO CARNAVAL A LUTA PELA TERRA VOLTOU ÀS PÁGINAS DOS GRANDES JORNAIS. A RESPOSTA ÀS OCUPAÇÕES DO MST EM SÃO PAULO, PARANÁ, PERNAMBUCO, MATO GROSSO E GOIÁS DEIXA CLARO A POLÍTICA DO GOVERNO LULA PARA A REFORMA AGRÁRIA

AMÉRICO GOMES,
de São Paulo (SP)

Em Recife, cerca de mil trabalhadores rurais ligados ao MST e a CPT ocuparam a sede do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), passando toda a sexta-feira de carnaval no prédio.

Em Cuiabá, o MST ocupou a sede do Incra com mais de 500 trabalhadores rurais, reivindicando vistorias e desapropriações em 16 áreas, nos municípios de Tangará da Serra, Rondonópolis, Cáceres e Mirassol D´Oeste.

No primeiro dia de março, 400 famílias instalaram-se na Fazenda Santa Isabel, no município de Alambari, na região de Sorocaba. Segundo Maria Rodrigues, coordenadora regional do movimento, *"o objetivo da ocupação é mostrar para o Lula que aqui tem uma demanda que não foi resolvida pelo governo anterior"*.

Para o coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Antônio Canuto, os atos recentes do Movimento Sem-Terra são um "alerta" ao governo Lula: *"Essas manifestações têm o objetivo de mostrar que o movimento não está morto e não é porque apoiaram o então candidato Lula é que vão deixar de lutar e de realizar manifestações em defesa da reforma agrária"*.

SOBROU REPRESSÃO CONTRA AS OCUPAÇÕES

O governo Lula reprimiu todas essas novas ocupações e não as reconhece como legítimas manifestações da luta pela Reforma Agrária.

No Mato Grosso, o Incra entrou com ação de reintegração de posse na Justiça. A Polícia Federal instaurou inquérito para apurar os responsáveis pelos "prejuízos", suspendeu as negociações e os trabalhos de vistoria das propriedades indicadas para desapropriação. Os sem-terra foram obrigados a desocupar o prédio na segunda-feira, 10 de março.

A Polícia Militar estava preparada para desalojar os ocupantes da Fazenda Santa Isabel na terça-feira, dia 11. O plano da PM era inclusive evitar que os sem-terra permanecessem nas imediações da fazenda ou na Rodovia Raposo Tavares.

FOTO DE ELZA FIÚZA / AGÊNCIA BRASIL

> *"Trabalho na construção de um processo de reforma agrária pacífico e ágil, centrado no diálogo"*
> **MIGUEL ROSSETTO**
> (MINISTRO DA REFORMA AGRÁRIA)

Em resposta às ações do MST, o ministro da Casa Civil, José Dirceu, afirma que o governo nem pensa em revogar a medida provisória - MP 2027-38, editada em 2000, por FHC - que exclui os trabalhadores que fazem ocupações do programa de reforma agrária. Muito menos a MP 92, baixada em 2002 para coibir invasões ilegais, que torna as terras invadidas indisponíveis para fins de reforma agrária, por um mínimo de dois anos.

Miguel Rossetto, ministro do Desenvolvimento Agrário, condenou as chamadas *"ações violentas do MST"*. A nota do ministério afirma que: *"A ação de depredação do prédio do Incra em Mato Grosso, no entanto, ultrapassa os limites democráticos de manifestação"*. Com isso, acionou a Polícia Federal e abriu inquérito policial. A PF, que tem um núcleo para investigar conflitos agrários, já abriu em torno de 130 inquéritos.

> *"Estamos cansados de prosa. O que faz a reforma agrária andar é desapropriação"*
> **ALTAMIRO STOCHERO**
> (MST - MT)

Uma mudança muito rápida, para o mesmo partido que, em setembro de 2000, representado por seu então presidente, José Dirceu, chegou a apresentar ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação alegando que a MP 2027-38 era inconstitucional, ação encaminhada pelo advogado Luiz Eduardo Greenhalg.

Como se isso não bastasse, o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Felício, afirmou: *"O movimento é legítimo, mas não consideramos correta a invasão de prédios públicos nem de terras produtivas. Isso é um abuso. Não é a forma adequada"*. Este tipo de declaração é lamentável e deixa claro que, para a Articulação Sindical, a CUT deve abdicar do apoio a luta dos trabalhadores rurais para se transformar numa central "chapa branca".

LULA PRETENDE FAZER A REFORMA AGRÁRIA?

Lula havia anunciado a Reforma Agrária *"numa canetada"* e Miguel Rossetto falou que trabalha *"na construção de um processo de reforma agrária pacífico e ágil, centrado no diálogo e capaz de resgatar o enorme passivo fundiário herdado de governos anteriores"*. Mas não é que se vê. A reforma agrária não anda e, quando os sem-terra se manifestam, a repressão governamental é a resposta imediata.

O dirigente do MST do Mato Grosso, Altamiro Stochero, disse que os técnicos do Incra se comportam como se estivessem ainda no governo FHC. *"Nós estamos cansados de prosa. O que faz a reforma agrária andar é a desapropriação"*, afirmou. Concordamos com Altamiro.

Mas as declarações oficiais do MST afirmam que as ações não se destinam a denunciar a paralisia do governo Lula em relação a Reforma Agrária. Dizem que buscam ajudar o governo, mostrando quais terras devem ser desapropriadas.

O problema é que Lula, devido a seus compromissos com a burguesia, não está disposto a fazer a Reforma Agrária e nem revogar as leis que criminalizam os movimentos sociais. Por isso, as ocupações devem continuar contra o latifúndio. Mas elas já se enfrentam também com o governo, que se nega a peitar os grandes proprietários de terra. Neste sentido, a reforma agrária terá que ser realizada contra o governo ■

MST deve romper com CDES

De nada adianta a presença de representantes do MST e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Neste Conselho, dos seus 82 membros, 41 são empresários. Entre eles há até um ex-sócio de PC Farias.

A Reforma Agrária não será fruto de um acordo pacífico entre latifundiários e sem-terra. Fazendeiro nenhum irá entregar suas terras para trabalhadores sem resistência, inclusive armada.

O governo Lula e seus ministros, ao falarem em reforma agrária pacífica, na verdade estão buscando ganhar tempo para desorganizar os sem-terra e impedir as ocupações. O único caminho para a reforma agrária é a ruptura com o governo Lula e a saída do CDES.

Todo apoio à jornada de lutas dos sem-terra em Abril

Dando continuidade à luta pela terra, o MST está preparando uma nova jornada de lutas para o mês de abril com ocupações, formação de novos acampamentos e marchas.

As manifestações terão seu ponto alto em 17 de abril, data do massacre de Eldorado de Carajás, ocorrido em 1996, no Pará. Para João Paulo Rodrigues, dirigente do MST, é *"tolerância zero com o latifúndio"*.

O movimento sindical e estudantil deve cercar a Jornada de Abril de solidariedade e apoio, reforçando a aliança dos trabalhadores do campo de da cidade e a luta pela Reforma Agrária como uma luta de todos.

Calote da Eletropaulo revela escândalos das privatizações

A ELETROPAULO DEVE AO BNDES 604 MILHÕES DE DÓLARES. A DONA DA EMPRESA, AES TRANSGÁS, DIZ QUE NÃO TEM COMO PAGAR. O CASO É EXEMPLAR DE COMO AS PRIVATIZAÇÕES TIVERAM CONSEQÜÊNCIAS DESASTROSAS PARA O PAÍS. SEU RESULTADO PODE TORNAR-SE UM EXEMPLO DE COMO O GOVERNO LULA PRETENDE LIDAR COM A QUESTÃO

LUIZA CASTELLI,
da redação

Em 1998, a Eletropaulo, empresa responsável pela distribuição de energia na Grande São Paulo e segunda maior estatal do país foi retalhada e oferecida em "leilão". A melhor parte, a distribuidora de energia Eletropaulo Metropolitana, foi adquirida pela Lightgás (na época, subsidiária da norte-americana AES e da francesa EDF) por 1,8 bilhão de dólares, dos quais o BNDES financiou a metade: 888 milhões de dólares.

Comprar do Estado com dinheiro público era a prática corrente na época, como também era corriqueira a utilização das chamadas "moedas podres", os títulos emitidos pelo governo. Outro artifício eram os empréstimos com as matrizes estrangeiras, o que aumentou a dívida externa do país. Isso garantia aos "investidores" a oportunidade de fazer negócios sem tirar um único centavo do bolso, colocando como dívida da empresa privatizada o dinheiro usado em sua própria compra.

Mas parte das ações da Eletropaulo continuaram em mãos do Estado. E foi para a compra dessas ações que, em 2000, o BNDES fez um segundo empréstimo à Ligthgás. O valor de 1,2 bilhão de dólares garantiu que a empresa adquirisse 64% das ações preferenciais (PN), sem direito a voto e 39% do capital total da própria Eletropaulo. A dívida foi parcelada em cinco vezes e a AES passou a receber uma parte maior dos lucros e dividendos da empresa.

Os benefícios para os "investidores" não pararam por aí. A Eletropaulo contou com redução de impostos para importar máquinas e equipamentos e foram garantidos reajustes anuais nas tarifas. Mesmo assim, a Eletropaulo pediu – e obteve – a rolagem das dívidas referentes ao primeiro empréstimo com o BNDES. Ao mesmo tempo em que alegava problemas financeiros, a empresa distribuiu dividendos aos acionistas entre 1998 e 2001. Ou seja: deixou de pagar o BNDES, mas enviou lucros ao exterior.

> O BNDES FINANCIOU METADE DA COMPRA DA ELETROPAULO E CORRE O RISCO DE LEVAR UM CALOTE ASTRONÔMICO DA AES

DÍVIDA E CONTROLE DA ELETROPAULO

Em 2001, a Lightgás dividiu-se, ficando a AES Transgás com a Eletropaulo e a EDF, com a Light do Rio do Janeiro. Enquanto a Light tomou emprestado dinheiro de sua própria matriz para pagar o BNDES (aumentando mais ainda a dívida externa), a AES levou a Eletropaulo a simplesmente suspender os pagamentos e solicitar nova rolagem das dívidas. A crise estourou quando venceu a parcela de 330 milhões de dólares e o banco se recusou a renegociar, ameaçando executar a dívida e retomar a empresa. Essa parcela refere-se ao segundo empréstimo, para o qual foram dadas como garantias apenas as ações PN.

Alguns analistas já alertaram que, nessa retomada, o BNDES corre o risco de levar um calote astronômico da AES: arcar com o prejuízo do total da dívida e ficar sem direito ao controle da empresa. Enquanto isso, a Eletropaulo continuaria sendo gerida pela dona das ações ordinárias, que é... a AES Transgás! ■

SERVIÇOS PIORAM E TARIFAS AUMENTAM

Quando a Eletropaulo foi privatizada, um dos argumentos para que apenas um consórcio se dispusesse a adquirí-la foi que ela não geraria lucros imediatos, como a maioria das estatais vendidas anteriormente, porque seria necessário *"investir na eficiência do serviço"* (Veja – 22/4/98). A população percebeu logo que, para os novos donos, a palavra "eficiência" não tinha significado algum.

No caso da Light, privatizada em 1996, o primeiro resultado foi uma onda de blecautes no Rio de Janeiro. O que poucos sabem é que o contrato de concessão já previa a piora dos serviços. Por outro lado, o racionamento de energia de 2001, o "apagão", foi causado pela falta de investimentos reais na geração de energia e manutenção dos equipamentos.

Aliado à piora nos serviços, veio o aumento das contas de energia. Nos contratos de privatização, foi garantido que haveria, no mínimo, reajuste anual e novos aumentos, no caso de algum "imprevisto". Um desses "imprevistos" foi o racionamento. Além de arcar com reajustes superiores à inflação, o consumidor também pagou uma taxa adicional para "recomposição das perdas" que as distribuidoras tiveram pela energia não gerada e não distribuída que a população não consumiu.

Hoje, o Brasil tem um excedente de 4% na disponibilidade de energia elétrica. Não porque tenham sido feitos investimentos ou porque a oferta tenha aumentado. O que acontece é que o preço das tarifas é tão alto que o consumo baixou.

Para desatar esse nó, reestatizar sem indenização

Diante deste quadro, o presidente do BNDES, Carlos Lessa, já deixou claro que a intenção do governo não é reestatizar a empresa: *"Como eu não era favorável à privatização, não sei se sou favorável à reestatização. Acho que na ausência de uma remodelagem geral para o setor de energia, o BNDES não pode nem pensar nisso"* (OESP, 09/03/02). Perguntado se isso significava que a Eletropaulo seria vendida de novo para a iniciativa privada, Lessa respondeu que sim.

Mas a Eletropaulo/AES é apenas uma parte do problema. Outras empresas do setor também devem ao BNDES. A própria AES deve mais 700 milhões de dólares referentes a participação na Cemig, de Minas Gerais. A Cesp, do Estado de São Paulo, tem dívidas que chegam a R$ 2,8 bilhões. A Cemar, do Maranhão, está sob intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) desde 2001 e a agência também investiga a Celpa, de Pernambuco e a Elektro, do grupo Enron.

Esta situação deixa claro que a geração e distribuição de energia elétrica, com qualidade e preços acessíveis, deve ser um dever do Estado. Cabe ao Estado retomar essas empresas, sem qualquer indenização a quem já lucrou, e muito, com as privatizações. Por outro lado, seria necessário garantir o controle da produção, distribuição e das tarifas de energia elétrica pelos próprios trabalhadores. É preciso exigir do governo Lula a reestatização do setor elétrico, começando pela Eletropaulo ■

Reforma da Previdência

REFORMA DA PREVIDÊNCIA IGUAL A DE FHC, NÃO!

FALA ZÉ MARIA

FOTO MAURÍCIO SABINO

Reforma ataca trabalhadores e beneficia banqueiros

A proposta de Reforma da Previdência do governo Lula não é uma proposta para beneficiar os trabalhadores e melhorar as aposentadorias. Por isso tem o apoio dos banqueiros, da Fiesp, do FMI e da Rede Globo, que já está em mais uma campanha contra o funcionalismo público, alardeando um monte de mentiras.

A Reforma que o governo está propondo – exigida pelo FMI - visa privatizar a previdência, transferindo sua a arrecadação para o sistema financeiro e fundos de pensão, ameaçando a aposentadoria futura de todos os trabalhadores.

Essa Reforma, além de arrancar direitos dos aposentados e dos trabalhadores, causará um rombo sem precedente nas contas públicas. O governo deixará de arrecadar o que arrecada hoje, transferindo a parte do leão para o sistema financeiro, tendo que sustentar as aposentadorias hoje existentes com uma arrecadação menor.

O governo quer começar essa reforma votando no Congresso o Projeto de Lei N.º 9, elaborado pelo governo FHC, que acaba com a aposentadoria integral dos servidores e impõe a aposentadoria complementar privada.

A aposentadoria integral é um direito que deveria ser estendido a todos os trabalhadores. Escândalo não é o funcionalismo conseguir se aposentar com o salário da ativa, como alardeia a mídia, mas os trabalhadores do setor privado não terem tal direito. Escândalo é a classe trabalhadora trabalhar toda uma vida e depois se aposentar com um salário miserável.

A reforma que interessaria aos trabalhadores é outra. Os funcionários públicos deveriam ter seus direitos mantidos e obter aumento salarial. Os trabalhadores do setor privado deveriam conquistar a revogação da reforma de FHC – o que traria de volta a aposentadoria proporcional e outros benefícios – e a ampliação de direitos, como a aposentadoria integral. Aos do setor informal deveria se assegurar o direito à carteira assinada.

O governo Lula está fazendo o oposto: está propondo concluir a reforma de FHC, que ataca os trabalhadores e privilegia os banqueiros.

MARIUCHA FONTANA,
da redação

É com perplexidade e indignação que o funcionalismo público das três esferas (federal, estadual e municipal) está assistindo o governo Lula trazer de volta, a toque de caixa, uma proposta de reforma da Previdência idêntica a de FHC. Mais precisamente, uma proposta que visa concluir a reforma que FHC não conseguiu levar até o seu final, devido às lutas dos trabalhadores e ao rechaço ao seu governo.

A maioria dos trabalhadores do setor privado, por sua vez, está confusa quanto ao conteúdo da reforma. Muitos se deixam levar pela campanha mentirosa que a mídia vem fazendo, com apoio do governo, de que a Previdência tem um déficit monstruoso, está à beira da falência e de que os supostos "privilégios" do funcionalismo são responsáveis por esta iminente falência.

Ao mesmo tempo, os trabalhadores do setor privado pensam que Lula combaterá os "privilégios" do serviço público para beneficiá-los e trazer de volta os direitos que FHC tirou na reforma anterior. Há a expectativas de que haverá a volta da aposentadoria especial, o fim do fator previdenciário e do tempo de contribuição como condição para ter acesso à aposentadoria. Ledo engano.

> SE TIVESSE DITO QUE ACABARIA COM A APOSENTADORIA INTEGRAL, LULA NÃO TERIA O APOIO MASSIVO QUE TEVE

Nas páginas deste suplemento, vamos demonstrar que a reforma que o governo Lula está defendendo atacará duramente o conjunto dos trabalhadores e beneficiará os banqueiros. Os argumentos do governo, bem como a campanha da mídia, são mentirosos.

A reforma que poderia beneficiar os trabalhadores é outra e jamais terá o apoio dos banqueiros, do empresariado e da maioria dos picaretas do Congresso. Ela exige a ruptura com o FMI, ou seja, MUDANÇA de fato! Para conquistá-la seria necessário que Lula rompesse também com a Alca e com os acordos com a burguesia e governasse para os trabalhadores, contra o grande capital.

A REFORMA DE LULA DEVE SER DERROTADA. É PRECISO IR À LUTA

Enganam-se e a si próprios e ao conjunto dos trabalhadores aqueles que difundem a ilusão de que é possível com negociação convencer o governo a fazer uma reforma que beneficie os trabalhadores e não os banqueiros e o FMI.

Aqui não há meio termo, ou as entidades dos trabalhadores se colocam globalmente contra esta Reforma e a favor da mobilização ou estarão do lado da reforma do FMI, que o governo está defendendo.

As declarações da direção majoritária da CUT , nesse sentido, se prestam a confundir e desmobilizar os trabalhadores, quando dão a entender que ainda *"não há uma proposta de Reforma"*, que ela *"está em construção"*, que *"há pontos positivos e negativos"*.

Aliás, o governo do PT, que tanto fala em "ética" e "transparência", busca confundir de propósito os trabalhadores, seja quando se utiliza de dados manipulados – como fazia FHC – para defender a reforma, ou quando não assume que tal reforma é a mesma do governo anterior.

Mas, façamos justiça ao senador Aloísio Mercadante, que no último dia 12 de março, assumiu da tribuna do Senado que o governo defende a continuidade da política de FHC. Mercadante fez autocrítica pelo PT não ter apoiado as reformas de FHC. Disse: *"A oposição (na época de FHC) não ajudou a aprovar as reformas – e errou"* e foi além *"o governo anterior deu uma grande contribuição à agenda do país"* (FSP – 12/03/2003).

Os trabalhadores e o povo não elegeram Lula para que este desse continuidade ao projeto de FHC e concluísse suas reformas. Seguramente, se o PT tivesse dito que acabaria com a aposentadoria integral do funcionalismo e privatizaria a previdência pública, Lula não teria o apoio massivo que teve dos setores mais organizados da classe, como o dos próprios servidores ■

FOTO ALEXANDRE LEME

PARA ENTENDER A REFORMA DA

MARIUCHA FONTANA,
da redação

A Reforma proposta instituirá um sistema único de previdência (unificando o setor público ao setor privado). Em tese, um sistema único poderia ser um ato de justiça social, desde que ele significasse uma ampliação e extensão de direitos para o conjunto dos trabalhadores.

Ocorre que a suposta "igualdade" contida na proposta do governo Lula/FMI significa um rebaixamento geral de direitos. Uma "igualdade" de futuros indigentes, em benefício do sistema financeiro.

Em essência, os funcionários públicos das três esferas – federal, estadual e municipal - perderão muitos direitos, os do setor privado levarão ainda mais tempo para se aposentar e verão, a cada dia, suas aposentadorias serem rebaixadas.

Ao lado desse sistema público - abocanhando o grosso da arrecadação Previdenciária – se instituiria uma Previdência Complementar ou Privada (Fundos de Pensão, controlados pelos Bancos).

Para iniciar tal Reforma, o atual governo cogita em levar de imediato à votação o Projeto de Lei Complementar nº 9. Esse projeto foi apresentado por FHC em 1999 e tramita desde então no Congresso, tendo sido travado na época, entre outras razões, por oposição do PT. O PT quer hoje aprovar o projeto, para dar início e acelerar a Reforma.

O QUE É O PL-9/99

O PL – 9, em essência, garante a transferência de recursos públicos para o sistema financeiro. Inclusive, tende a aumentar as despesas do governo.

O projeto acaba com a aposentadoria integral dos servidores públicos: o governo somente se responsabilizaria por pagar uma aposentadoria até o teto de R$ 1.561,00 para quem se aposentar de agora em diante. E institui a Previdência privada para os servidores.

O governo continuaria arcando com o pagamento dos atuais aposentados; por sua vez deixaria de receber os 11% sobre o total dos vencimentos que hoje pagam os servidores, que passariam a contribuir dentro do novo teto. O governo ainda teria que passar a desembolsar de imediato a contribuição de empregador – coisa que ele não faz há muito tempo. E, por fim, terá que transferir às novas empresas de Previdência privada, um "aporte de reserva", correspondente ao tempo de serviço de cada servidor até sua opção pelo regime de previdência complementar ■

Mentiras sobre a o déficit da Previdência na TV

A TV tem alardeado todos os dias a existência de um insustentável "déficit" na Previdência e o servidor público tem sido apontado como "privilegiado".

Na verdade, o tal déficit não existe. Os fiscais da Receita e da Previdência, demonstram que existe um superávit da ordem de R$ 31 bilhões por ano nas contas da Seguridade Social e que este dinheiro vem sendo desviado para pagar juros aos banqueiros.

A Previdência está longe de quebrar. Ela poderia, inclusive, garantir uma aposentadoria muito melhor e mais decente para todos.

Essa campanha mentirosa visa dividir os trabalhadores para beneficiar os verdadeiros privilegiados: os banqueiros e a burguesia.

Os banqueiros, que estão recebendo R$ 500 bilhões por dia do governo e que só apenas em janeiro (um mês) levaram R$ 17 bilhões de juros, serão os beneficiários da Reforma.

RECEITAS E EDESPESAS EM 2001

RECEITAS	
RECEITA PREV. LÍQUIDA	62,491
COFINS	45,679
CPMF	17,157
CONT. SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO	8,968
RECEITA PRÓPRIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	0,962
OUTRAS RECEITAS	0,618
CONCURSO DE PROGNÓSTICO	0,521
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0,481
TOTAL RECEITAS	R$136,877 Bi

DESPESAS	
PAGAMENTO TOTAL DE BENEFÍCIOS	78,697
SAÚDE	21,111
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1,875
CUSTEIO E PESSOAL DO MPAS	3,497
AÇÕES DO FUNDO DE COMBATE A POBREZA	0,233
TOTAL DESPESAS	R$105,413 Bi

SOBRARAM R$ 31,464 BILHÕES

FONTE: Siaf e fluxo de caixa do INSS

REFORMA SIGNIFICA PRIVATIZAÇÃO

FOTO MARCELLO JR / AGÊNCIA BRASIL

Ricardo Berzoini, ministro da Previdência Social

Os trabalhadores que quiserem receber uma aposentadoria superior ao teto do INSS terão que contribuir para um fundo de previdência privada.

É por isso que o sistema financeiro tanto pressiona a favor da reforma da previdência. Trata-se da privatização e de um mercado de R$ 134 bilhões anuais. Somente com o ingresso do funcionalismo público no regime geral de previdência, cerca de R$ 50 bilhões por ano passariam para as mãos do sistema financeiro.

As Associações de Previdência Privada hoje existentes avaliam que (com a Reforma) terão um salto no seu patrimônio de R$ 179 bilhões para R$ 420 bilhões até o final do governo Lula.. A abertura deste mercado para o capital financeiro é uma das principais exigências do FMI.

A previdência dos trabalhadores, portanto, ficaria nas mãos dos especuladores.

Conforme avalia Ceci Jurua, do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro: "Os "investidores institucionais" (especuladores) (...) são os que atuam na vanguarda das Reformas(...) Eles são representados por fundos de pensão, fundos de investimento, seguradoras e grandes bancos, que atuam em escala planetária. Eles dominam os mercados financeiros internacionais, implantaram-se nos mercados nacionais, e promovem uma gigantesca especulação(...) Para esses investidores (...), a reforma da previdência social no Brasil pode ser uma oportunidade ímpar de aplicação(...), pois os recursos aplicados em planos de aposentadoria complementar serão (...) dirigidos para fundos de investimento, em mercados onde seguradoras e grandes bancos atuam em regime de oligopólio. Melhor que essa reforma seja urgente, para que os poucos bilhões de dólares disponibilizados pelo FMI permitam converter a nova riqueza monetária em moeda forte que irá para os países centrais e para os paraísos fiscais. As sobras poderão ficar no Brasil, para aplicação na dívida pública interna(...)"

No Chile e Argentina, onde foram feitas tais "Reformas", o custo para o Estado, a partir da instituição de fundos privados de aposentadoria e pensão, aumentou sobremaneira os gastos do governo, enquanto o valor das aposentadorias caiu drasticamente. Durante o período de capitalização, os fundos privados iam muito bem, mas quando chegou a hora de desembolsar os benefícios, a maioria faliu ■

MOTIVOS PARA DIZER NÃO À REFORMA

1) FIM DA APOSENTADORIA INTEGRAL

Hoje, o funcionalismo ao se aposentar recebe o mesmo rendimento de quando estava na ativa, assim como desconta 11% do seu salário integral para a previdência. Esta é uma conquista de muitos anos de luta.O projeto de Reforma estabelece o atual teto do INSS como valor limite, hoje de 7,5 mínimos. Em 1994, esse teto era de 20 salários mínimos.

Em 1999 FHC tentou reduzí-lo para 3 salários mínimos. Como não conseguiu, fixou o teto em valores nominais (10 salários na época) e deixou que a inflação viesse a fazer o resto do serviço.

Em apenas 3 anos o teto caiu de 10 para 7,5 salários: R$ 1.561,00 e tende a cair mais, para forçar os tralhadores que recebem acima do teto pagar uma previdência privada.

2) FUNCIONALISMO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Na novo sistema único, os governos estaduais e municipais deixariam de ser responsáveis pelo pagamento das aposentadorias e pensões do funcionalismo. Estes perderão seus poucos direitos. Por exemplo, os professores do ensino fundamental perderão o direito à aposentadoria especial.

3) FIM DA PARIDADE

Os servidores aposentados não receberiam mais os reajustes dados aos ativos, como já foi feito no INSS. Esta medida atingiria todos - não somente os que recebem acima do teto - e aumentaria de modo geral a corrosão das aposentadorias. Em1994, 32 % dos aposentados recebiam um só salário mínimo, hoje quase 66 % dos aposentados recebem este valor.

A PREVIDÊNCIA SOCIAL

UMA PROPOSTA DOS TRABALHADORES

Defendemos uma Previdência estatal e pública sob controle dos trabalhadores. A Previdência poderia mudar para melhor e garantir uma aposentadoria digna para todos os trabalhadores, - em regime de repartição - se:

1. o superávit existente não fosse desviado para pagar juros;
2. o governo arrecadasse mais:

a) acabando com a sonegação das grandes empresas que chega a R$ 9 bilhões,

b) acabando com as isenções fiscais de R$ 2 bilhões para entidades *filantrópicas*;

c) acabando com o desemprego, a precarização do trabalho, a informalidade – garantindo carteira assinada para todos;

d) aumentasse pra valer o salário mínimo e demais salários;

e) o governo garantisse o pagamento de sua parte de empregador à Previdência estatal (coisa que ele fará para a Previdência Privada)

3. O governo rompesse com o FMI e parasse de pagar a dívida aos banqueiros e destinasse uma verba maior para a Seguridade Social; e sobretaxasse os verdadeiros privilegiados: os bancos, o capital e o lucro.

Estas medidas garantiriam a volta dos direitos que os trabalhadores do setor privado perderam, a extenção da aposentadoria integral para todos (excluindo verdadeiros privilegiados, como o Presidente do Banco Central do governo Lula, que além do salário recebe R$ 200 mil por mês de aposentadoria) e uma aposentadoria digna aos atuais aposentados.

Para tanto, é preciso um governo dos trabalhadores que rompa com o FMI e enfrente os banqueiros.

FOTO RICARDO BORGES / ANDES

MARCHA dos professores universitários durante o congresso do Andes, em Teresina (PI)

Trabalhadores do setor privado só perdem

A propaganda do governo e da mídia diz que a Reforma combaterá supostos "privilégios" para melhorar as aposentadorias do INSS e diminuir a informalidade. Mais uma mentira.

Não há na Reforma do governo nenhuma proposta para aumentar o salário dos aposentados do INSS, nem para trazer de volta os direitos que FHC arrancou dos trabalhadores do setor privado e menos ainda para criar novos direitos.

Os trabalhadores do setor privado querem a volta da aposentadoria especial (25 anos de serviço) para as atividades insalubres e/ou perigosas; a volta da aposentadoria por tempo de serviço (uma vez que a maioria dos que trabalham nem sempre tiveram carteira assinada e contribuição, o que dificulta o acesso a aposentadoria) e também o fim do fator previdenciário (ou o pedágio) que FHC impôs, obrigando muita gente a ter que trabalhar de 20% a 40% a mais do tempo que restava para aposentar.

Os trabalhadores têm a esperança que a Reforma que Lula defende trará esses direitos de volta. Não trará. A proposta do governo tornará ainda mais distante a aposentadoria, ao introduzir o critério de idade mínima. E em pouco tempo, a aposentadoria pública será ainda mais aviltante do que é hoje.

Os trabalhadores que estão na informalidade também não terão qualquer benefício.

RICARDO BORGES / ANDES

UMA LUTA DE TODOS

A luta contra essa Reforma precisa ser assumida por todos os trabalhadores, que devem apoiar o funcionalismo e unificar suas campanhas com a deles. O funcionalismo federal decidiu em Plenária Nacional entrar em campanha contra a Reforma e ir à greve se o PL-9 for à votação. Os servidores estaduais e municipais devem se unir com os federais num plano de lutas comum.

Dirigentes dos servidores falam da preparação de sua luta:

FOTO WLADIMIR AGUIAR/SINTRAJUD

Ana Luisa, da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e militante do PSTU

'Preparar a greve'

"O funcionalismo está indignado e tem muita disposição para lutar. Devemos fazer uma campanha que busque o apoio e unidade com os demais trabalhadores e preparar a greve, sem vacilação. Devemos ter um plano de lutas. Devemos realizar uma paralisação de 24 horas já agora em abril, buscando nos unir aos demais trabalhadores para ganharmos as ruas.

A plenária dos servidores votou o caminho da luta. Já a reunião da Coordenação Nacional com o governo, posterior à Plenária, foi um escândalo. Os ministros se negaram a arquivar o PL-9 e disseram não haver dinheiro para negociar um reajuste salarial maior do que 2,5%.

Não podemos concordar com a maioria dos membros da comissão de que foi um "grande avanço" a reunião ter existido e de que as negociações podem avançar. Isso confunde e desarma os servidores. Não existe esperança de avanço nas negociações sem a greve unificada e grandes atos, conquistando o apoio e a unidade com os demais trabalhadores.

O funcionalismo não deve tolerar nenhuma vacilação dos dirigentes, que precisam estar à altura de uma luta em que estão em jogo direitos históricos.

Andes vai à luta

Quando fechávamos esta edição, estava ocorrendo o 22º Congresso do Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) em Teresina (PI) . Os 380 delegados estavam na iminência de votar um indicativo de greve no caso de o governo colocar em votação o PL-9.

José Domingues Godoi Filho, vice-presidente do Andes, e Antonio Luiz de Andrade, o *Tato*, segundo-tesoureiro.

O vice-presidente do Andes, José Domingues Godoi, declarou que o indicativo de greve deve ser aprovado por unanimidade. *"Em 2002, FHC não conseguiu aprovar o PL-9 pela atuação dos partidos que hoje compõem a base governista. Agora o governo que assume quer colocar o projeto em votação. É assustador".*

O segundo-tesoureiro do Andes, Antonio Luiz de Andrade, o *Tato*, declarou que na luta contra a reforma do governo é necessário unir as três esferas do serviço público. *"Aproximar-se dos trabalhadores da iniciativa privada, para que eles tenham clareza sobre a reforma, e fazer uma articulação com o movimento popular e estudantil, criando comitês nos moldes dos que existem na luta contra a guerra e a ALCA"*, defende *Tato*.

4) PERDA DE DIREITOS ADQUIRIDOS

Como na reforma de FHC, o projeto atual preserva os direitos adquiridos apenas até a data da promulgação da reforma. Os que não se aposentarem até esta data devem obedecer uma "regra de transição", como o pedágio da reforma anterior: trabalhar de 20% a 40% mais tempo para poder se aposentar.

5) IDADE MÍNIMA

Nesse sistema único seria incorporado o critério de idade mínima para a aposentadoria: 60 anos (homens) e 55 anos (mulheres).

6) CONTRIBUIÇÃO DOS INATIVOS

Voltou à discussão a contribuição previdenciária dos aposentados.

“Os verdadeiros privilegiados desse país são os banqueiros e grandes empresários”

FOTO NIKO

Agnaldo Fernandes, coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Sintufrj) e militante do PSTU, fala sobre a luta dos Servidores Públicos Federais contra a proposta do governo para a previdência e a campanha salarial da categoria

Opinião Socialista - Depois do anúncio da continuidade da reforma da previdência pelo governo Lula e da permanência da política de arrocho salarial de FHC, como os Servidores Públicos Federais (SPFs) vêem hoje o novo governo?

Agnaldo - Pelo que vejo dá para falar em perplexidade, frustração e até indignação em alguns setores. O que mais espanta é que o governo Lula apresente a proposta de reforma previdenciária de FHC requentada, que responsabiliza o setor público pelos supostos rombos na previdência dentro da lógica de rebaixamento ou retirada de direitos, como o fim da aposentadoria integral, para sanar o falso rombo.

OS – A última plenária nacional dos SPFs votou uma campanha salarial de emergência contra a reforma da previdência, os ataques aos direitos sociais e trabalhistas e em defesa do reajuste salarial. Como está o ânimo da categoria e as atividades?

Agnaldo - Havia uma expectativa da categoria de que o novo governo apresentasse uma política salarial que recuperasse as perdas acumuladas. Na medida em que o governo não garantiu nem os 4% anunciados, isso gerou uma inquietação ainda maior que, somada à indignação por conta das declarações sobre a reforma da previdência, levou a categoria a ligar o alerta vermelho. A plenária aprovou mobilizações nos Estados e a greve, caso o governo apresente o PL 9/99, que estabelece o teto de aposentadoria do INSS em R$ 1.561,00.

> *“A plenária aprovou a greve, caso o governo apresente o PL 9”*

OS - Lula declarou que é preciso ganhar a população contra os privilégios dos servidores públicos federais. O que está sendo feito para ganhar a maioria da população e demais categorias de trabalhadores, particularmente da iniciativa privada, em favor dos SPFs?

Agnaldo – Esta declaração de Lula reproduz a propaganda de que há privilégios no funcionalismo. Pior, é um declaração que divide os trabalhadores e joga os da iniciativa privada contra os do serviço público. Ora, os verdadeiros privilegiados desse país são os banqueiros e grandes empresários, que se beneficiam dos juros da dívida pública.

Ao invés de atacar o funcionalismo, o governo deveria abrir os números da previdência, levantar para onde foram as contribuições dos trabalhadores, explicar porque o Estado não contribui com o regime do setor público. Somos um setor da classe trabalhadora que tem alguns diretos conquistados com muita luta, tal como os trabalhadores do setor privado. E digo alguns, porque sob o governo FHC tivemos 56 direitos arrancados e ficamos 8 anos quase sem reajuste.

> *“Defendemos aposentadoria integral para todos”*

Por outro lado, só será possível ganhar os demais trabalhadores se conseguirmos mostrar a realidade do setor público, demonstrar que a reforma do governo vai no sentido da privatização da previdência pública e apresentar propostas para elevar os benefícios dos trabalhadores da iniciativa privada e não rebaixar os dos servidores públicos, como quer o FMI. Por exemplo, defendemos aposentadoria integral para todos e que o governo Lula revogue os pontos da reforma da previdência aprovados pelo governo FHC.

OS - Que relação os sindicatos do serviço público devem ter com o governo? É possível negociar em melhores condições com este governo e arrancar conquistas apenas na mesa de negociações?

Agnaldo - Os sindicatos devem ser totalmente independentes e autônomos do governo, devem antes de tudo defender os interesses e reivindicações dos trabalhadores que representam. Queremos negociar para colocar na mesa nossa pauta, resgatar aquilo que nos foi arrancado pelos planos neoliberais. E para isso, vamos mobilizar os servidores públicos, até porque o governo não sinaliza com nenhuma concessão. Aliás, do que jeito que está não vai ser resolvido nada se não realizarmos uma grande campanha salarial e uma grande campanha contra a reforma da previdência.

> *“Os sindicatos devem ser independentes do governo”*

OS - Qual a sua opinião sobre a rodada de negociações ocorrida com o governo antes do carnaval? Os representantes da Coordenação Nacional das Entidades do Serviço Público agiu de acordo com as resoluções da plenária nacional da categoria?

Agnaldo - Na minha opinião não se abriu negociação, ainda. Houve sim, uma reunião do governo com a Coordenação Nacional das Entidades do Serviço Público. Uma negociação só começa quando o outro lado apresenta uma contraproposta, e o governo não fez isso. Ao contrário, repetiu as declarações que tem dado à imprensa: “não há dinheiro para o reajuste”, “a reforma da previdência é uma política de governo”, etc. Aliás, essas declarações são velhas conhecidas dos SPFs. Quanto às declarações dos membros da Coordenação, há setores que não admitem a possibilidade de mobilização, dizem que “isso prejudicaria o governo”. Mas os servidores sabem que estamos há oito anos sem reajuste e metade do Orçamento continua sendo destinado para pagar a dívida. Então não é um problema de falta de dinheiro, é uma questão de prioridades. Ou se paga a dívida ou se aumenta o salário mínimo e apresenta uma política salarial para os servidores.

OS - Por fim, qual a importância da campanha salarial dos SPFs para o conjunto da classe trabalhadora? Você acha que pode servir de incentivo para que outras categorias, inclusive do setor privado, saiam à luta por reajuste de salário, por exemplo?

Agnaldo – É mostrar que precisamos manter nossa mobilização e organização independentes para conquistarmos direitos, salários e empregos. Até porque o governo começou deixando claro que não mexe na política econômica do FMI. Será necessário mobilização para cobrarmos nossas reivindicações. Claro que um resultado positivo da nossa campanha salarial poderia incidir favoravelmente sobre outras categorias. A luta contra a reforma da previdência do governo é uma luta de todos: trabalhadores da cidade e do campo, estudantes e outros movimentos sociais devem estar juntos aos servidores públicos para defender os direitos sociais ■

MULHERES CONTRA A GUERRA E A ALCA NO 8 DE MARÇO

ANA ROSA MINUTTI,
da Secretaria Nacional
de Mulheres do PSTU

No dia 8 de março comemora-se o "Dia Internacional da Mulher". Há 146 anos, operárias têxteis de Nova York saíram às ruas protestando contra as péssimas condições de trabalho e salários. Na volta, quando estavam reunidas no interior da fábrica, foram surpreendidas por um ato criminoso dos patrões, que deram ordem de incendiar o galpão, matando 129 trabalhadoras.

Em 2003, as mulheres voltaram às ruas de todo o mundo para continuar sua luta contra a opressão e exploração. Foram milhares de mulheres trabalhadoras e da juventude dizendo um não à guerra imperialista contra o Iraque; ao genocídio proporcionado pelo Estado nazista de Israel contra os palestinos; à implementação da Alca na América Latina e Caribe.

COLUNA do PSTU no ato de Bauru (SP)

No Brasil não foi diferente. Professoras, bancárias, enfermeiras, operárias, estudantes, empregadas domésticas, mulheres negras e brancas com seus filhos e companheiros, estiveram presentes para dizer que neste "seu dia" só a luta será capaz de mudar suas vidas.

Uma luta que, para milhões de mulheres deste país, nutriu-se de esperanças com a eleição de Lula para a presidência da República. Porém, depois de dois meses de governo, estas mesmas mulheres estão se deparando com medidas que mais uma vez só vão beneficiar banqueiros, empresários e latifundiários.

A reforma da Previdência, que tem como lógica a transferência da arrecadação bilionária para o sistema financeiro e fundos de pensão levará a uma maior perda de direitos para a mulher trabalhadora. Por outro lado, o aumento da taxa de juros só trará mais desemprego, que já se encontra, segundo dados oficiais, em 12,1% entre as mulheres, contra 7,9% entre os homens.

Mas as "mudanças" realizadas pelo governo Lula não param aí. Com um corte de R$ 14 bilhões no Orçamento da União para 2003, só a Área Social perdeu R$ 5,1 bilhões. A Secretaria de Políticas para Mulheres perdeu 20 dos 24 milhões de reais previstos. Um escândalo!

É preciso exigir do governo Lula investimentos maciços em políticas sociais. Não podemos aceitar que se continue tirando verbas da saúde, educação, moradia, reforma agrária e da questão da mulher para pagar a dívida externa e interna aos grandes bancos nacionais e estrangeiros. As mulheres trabalhadores do nosso país devem se colocar na vanguarda dessa luta: Nem mais um centavo para o FMI! Não à Alca! Abaixo a guerra imperialista! ■

MONTAGEM SOBRE TELA DE JOSÉ PRENAU

SITUAÇÃO DA MULHER TRABALHADORA PELO MUNDO...

PALESTINA PRISÃO E VIOLÊNCIA

Abla Sa'adat, esposa de Ahmad Sa'adat, dirigente da Frente Popular para a Libertação da Palestina, foi presa pelo Serviço Secreto Israelense quando tentava sair da Palestina para participar do III Fórum Social Mundial no Brasil. Abla não foi acusada de nenhum crime e nem pode se defender. Apesar de sua libertação, mais 60 mulheres seguem nas prisões israelenses em condições subumanas.

AFEGANISTÃO A OPRESSÃO CONTINUA

Apesar das leis que proibiam as mulheres no Afeganistão de trabalharem fora de casa e freqüentarem escolas terem sido relaxadas, grupos de direitos humanos denunciam que as mulheres continuam sofrendo em todo o país e em especial nas províncias, não podendo sair de casa e nem tirar documentos.

ÍNDIA MULHERES QUEIMADAS

Na Índia ainda hoje, muitas noivas são assassinadas porque as famílias dos noivos consideram seus dotes insuficientes. Entre 1990 e 1993, pelo menos 20 mil mulheres foram mortas. De um modo geral, as vítimas morrem queimadas com querosene. A família do noivo apresenta a desculpa uniforme de "acidente doméstico".

MÉXICO CALAMIDADE NAS MAQUILADORAS

A situação das mulheres trabalhadoras só piorou depois da entrada do NAFTA, o acordo econômico firmado entre EUA, México e Canadá. Elas chegam a trabalhar até 12 horas nas chamadas Maquiladoras sem pagamento das horas extras. O uso inadequado de produtos químicos, muitos deles proibidos nos EUA e no Canadá, é uma das causas principais de problemas de saúde. Segundo Carmen Valadez, da ONG Factor X, "os direitos da mulher são violados desde o momento em que ela vai procurar emprego". A maioria das fábricas exige certificado médico de que ela não está grávida. "Para não pagar a licença maternidade, algumas empresas distribuem uma pílula que proporciona menstruações mensais. Muitas fábricas exigem provas a cada três meses de que as trabalhadoras não estão grávidas", acrescenta Carmen. Beth Robles, da Rede de Trabalhadoras Mexicanas das Maquilas, confirma esta aberração: "As mulheres são forçadas a mostrar seu absorvente higiênico sujo para provar que não estão grávidas".

INGLATERRA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Cerca de 100 mil mulheres procuram, anualmente, tratamento médico por ferimentos graves provocados pelo marido ou namorado.

...E NO BRASIL

MULHER E TRABALHO

Em 11 anos (até 2001), 12 milhões de mulheres entraram no mercado de trabalho. No início dos anos 90, as mulheres ocupadas ou desempregadas representavam 35,5% da População Economicamente Ativa (PEA). Em 2001, o percentual passou para 41,9%.

SALÁRIOS MENORES

A diferença entre os rendimentos das mulheres e dos homens tem diminuído. Em 2002, o rendimento feminino equivalia a cerca de 66% do dos homens. Apesar disso, este não é um fato a ser comemorado. Para Patrícia Lino, do Dieese, não é a mulher que está ganhando mais, os homens é que estão recebendo menos.

MAIS ESTUDO, MAIOR DESEMPREGO

Na região metropolitana de São Paulo o desemprego entre as mulheres foi de 22,2% em 2002. Para os homens foi de 16,4%, apesar da escolaridade feminina ser maior. O percentual de mulheres com curso superior chegou a 16,9% da PEA em 2001, contra 14,4% dos homens. Para Solange Sanches, coordenadora do DIEESE, "as mulheres têm menos oportunidade, apesar do esforço em estudar e entrar no mercado".

SEDUÇÃO E ESTUPRO EM RORAIMA

Em Roraima as índias ianomâmis, a maioria menor de idade, estão sendo estupradas ou seduzidas por soldados do Exército que, em troca, oferecem latas de sardinha, biscoitos e linha de crochê (Dados da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal).

Chapa 1 vence novamente nos metalúrgicos de São José dos Campos

FOTO MANOEL PEREIRA

CHAPA 1 faz passeata pelas ruas de São José dos Campos após a confirmação da vitória. Ao lado, metalúrgico da General Motors participa da votação

AMÉRICO GOMES,
de São Paulo (SP)

Pela terceira vez consecutiva a Articulação Sindical foi derrotada nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, o terceiro maior do Estado de São Paulo. Mais importante, tratou-se da primeira derrota em uma eleição sindical da corrente que apoia incondicionalmente o governo Lula.

Este resultado eleitoral tem uma importância enorme pois foi uma disputa extremamente politizada, principalmente pela presença de importantes dirigentes nacionais do Partido dos Trabalhadores. A maioria da direção do PT, apoiada na imprensa da região, tentou reduzir a eleição a uma mera disputa de aparato entre PT e PSTU, mas os metalúrgicos mostraram conhecer a realidade nacional e os debates políticos que os cercam.

VITÓRIA ESMAGADORA

Foram 8.132 votos para a chapa 1, composta por militantes do PSTU e da esquerda do PT e encabeçada por Luiz Carlos Prates, o *Mancha*. A outra chapa que concorria, da Articulação Sindical e apoiada pela Corrente Sindical Classista, recebeu 4.220 votos.

Apesar do forte aparato montado pelo PT para disputar a eleição, com uma campanha vistosamente mais rica, com cartazes, camisetas e militantes de todo pais, a vitória da atual diretoria foi categórica.

Nem o apoio das principais lideranças petistas, como o presidente nacional José Genoino, o deputado federal Vicentinho e o presidente da CUT, João Felício, foram suficientes para convencer os trabalhadores de que o sindicato deveria adotar uma política mais conciliadora diante do governo.

A chapa 1 também teve apoio de deputados do PT, como os federais Babá (PA), que fez campanha em portas de fábricas, Lindberg Farias (RJ) e Luciana Genro (RS), e dos estaduais paulistas Tiãozinho de Campinas e Renato Simões.

> *"Nossa vitória foi mais saborosa porque foi em cima dos figurões do PT. Não basta esperança, é preciso coragem"*
>
> LUIZ CARLOS PRATES, O MANCHA

POLARIZAÇÃO

De fato ocorreu uma polarização política entre dois projetos, que marcarão a disputa no próximo Congresso da CUT. De um lado a Articulação Sindical, defendendo claramente a política atual de adesão ao governo, apoiando inclusive as reformas previdenciária, trabalhista e política, o aumento da taxa de juros e a autonomia do BC. De outro, a chapa 1, defendendo um sindicato autônomo e com independência de classe, que esteja na primeira linha na defesa dos interesses dos trabalhadores, contra a conciliação, o pacto social, a continuidade das reformas de FHC, o pagamento da dívida externa e a ALCA.

O resultado das eleições do sindicato de São José dos Campos demonstram que, apesar das grandes expectativas que os trabalhadores ainda têm com o governo Lula e a possibilidade de mudanças estruturais em nosso país, estes escolheram manter em seu sindicato uma direção comprometida com a luta direta, a mobilização da classe e a independência frente aos patrões ■

O RESULTADO DA ELEIÇÃO

chapa 1 66%
(PSTU e esquerda do PT)
8.132 votos

chapa 2 34%
(Articulação Sindical e CSC)
4.220 votos

Vitória é comemorada no 'Acorda Peão'

A comemoração da chapa 1 continuou no sábado, no bloco *Acorda Peão*, dos metalúrgicos de São José dos Campos. Outros blocos, como o *Engole Sapo* e o *Estrela Vermelha* também tiveram temas políticos e sobre a situação nacional.

O *Acorda Peão* trouxe no seu quinto desfile a marchinha "Tudo Mudou", com letra do secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos, Renato Bento Luís. Um dos versos mais cantados pelos cerca de 300 foliões foi o que exigia de Lula um plebiscito oficial sobre a ALCA. O *Acorda Peão* também protestou contra a guerra, satirizando Bush e queimando a bandeira dos Eua.

O bloco *Estrela Vermelha* desfilou com 50 foliões, todos do PT. O racha do "Acorda Peão" fez um samba-louvação com a história de Lula. "É uma ruptura ideológica como PSTU na área cultural", disse Célio Chaves, assessor da deputada federal Angela Guadagnin (PT). O *Engole Sapo*, no 13º ano, desfilou esvaziado. Os cerca de 30 componentes cantavam o samba do bloco, fundado com uma postura à esquerda mas agora alinhado à administração tucana da cidade. ■

NÃO À GUERRA!

WWW.PSTU.ORG.BR

Acesse a página do PSTU para escutar o samba e ler a letra do *Acorda Peão*

PELOS ESTADOS

SALVADOR (BA)

Ato exige cassação de ACM

No dia 26 de fevereiro, cerca de duas mil pessoas saíram às ruas de Salvador pela cassação do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL) que, obrigado a renunciar a seu mandato anterior por causa da violação do painel do Senado, agora é acusado de utilizar o aparato do Estado para grampear centenas de telefones de adversários.

O ato ocorreu em frente a Secretaria de Segurança Pública e seguiu em passeata até o Pelourinho. Na ocasião, o PSTU exigiu do governo Lula, do PT e do PCdoB a criação de uma CPI que apure o caso contra a decisão do Presidente do Senado, José Sarney (PMDB), indicado com o apoio do governo, de arquivar o pedido. Ao não proporem a CPI, PT e PCdoB estariam sendo coniventes com os desmandos do "carlismo". **(Leandro Nascimento)**

JACAREÍ (SP)

Servidores encerram greve sem garantia de aumento

Em 15 dias de greve, os servidores de Jacareí (SP) foram um exemplo de luta para o Vale do Paraíba. Há uma ano sem reajuste, reivindicavam da prefeitura do PT 16% de aumento, cesta básica de R$ 80 e aumento do tíquete-alimentação para R$ 5.

O prefeito Marco Aurélio, além de descontar os dias parados, chegou a contratar empresas terceirizadas para fazer o serviço dos grevistas, o que é proibido por lei.

Após reunião com servidores na última segunda-feira, o prefeito admitiu negociar o reajuste desde que a greve fosse suspensa. Os servidores decidiram então voltar ao trabalho. No entanto, mantém o estado de alerta enquanto seguirem as negociações.

(Jocilene Chagas, de São José dos Campos)

JOÃO PESSOA (PB)

Juventude contra o aumento das passagens

No último dia 25, estudantes secundaristas e da UFPB ocuparam a Assembléia Legislativa contra o aumento das passagens e pelo passe-livre. Os estudantes já haviam ocupado a Câmara dos Vereadores, exigindo uma audiência com o prefeito Cícero Lucena.

Era previsível que Lucena (PSDB) fosse condizente com o aumento. Revoltante é saber que Cozete Barbosa (PT), prefeita de Campina Grande, segunda maior cidade do Estado, também homologou o reajuste.

Camelôs, pastorais e movimentos sociais vêm se somando a esta luta contra o reajuste arbitrário, que não corresponde à realidade da Paraíba. A Juventude do PSTU está na linha de frente das manifestações contra mais estes ataques à classe trabalhadora. **(Lício Romero)**

Explode violência e corrupção no Rio de Janeiro.

E ROSINHA PRENDE UM SERVIDOR

A EXPLOSÃO DE VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO ENTRE OS DIAS 25 E 26 DE FEVEREIRO DEMONSTROU A CONIVÊNCIA, IMPOTÊNCIA E RESPONSABILIDADE DO GOVERNO ROSINHA DIANTE DA AÇÃO DO TRÁFICO, DA GRAVE CRISE ECONÔMICA E SOCIAL E DA CORRUPÇÃO GENERALIZADA

FOTOS DE JORGE NUNES

ANDRÉ VALUCHE,
do Rio de Janeiro (RJ)

ATO na Avenida Rio Branco. Ao lado, Pitéu comemora a libertação

As falcatruas cometidas na Secretaria de Fazenda do Estado pela quadrilha de Silveirinha atingem os mandatos dos ex-governadores Garotinho e Benedita e da atual governadora, Rosinha.

O ex-secretário de Fazenda de Garotinho, Carlos Sasse, afirmou que "ele *(Garotinho)* protegia sonegadores e sabia de Silveirinha". Por outro lado, Benedita perdoou uma multa de R$ 468 milhões da Coca-Cola e 57 multas do Carrefour, um dos doadores de sua campanha. E Rosinha manteve Silveirinha na Inspetoria que "cuida" da fiscalização das 400 maiores empresas do Estado.

O Estado perdeu 100 milhões de reais para a turma de Silveirinha e muito mais para empresas como a Xerox do Brasil, que recebeu anistia de R$ 214 milhões em multas, e a White Martins, que teve multas perdoadas no valor de R$ 54 milhões.

Para o PSTU é preciso exigir a prisão e o confisco dos bens dos corruptos e corruptores. Comprovada a participação ou omissão dos governadores, estes também devem ser punidos, e é necessário multar as empresas envolvidas.

ROSINHA PRENDE SINDICALISTA

Após não pagar o 13º e as férias dos servidores, a governadora Rosinha, em uma atitude desesperada, endureceu e abriu inquérito sobre a suposta agressão que teria sofrido em uma manifestação de servidores na Assembléia Legislativa (Alerj).

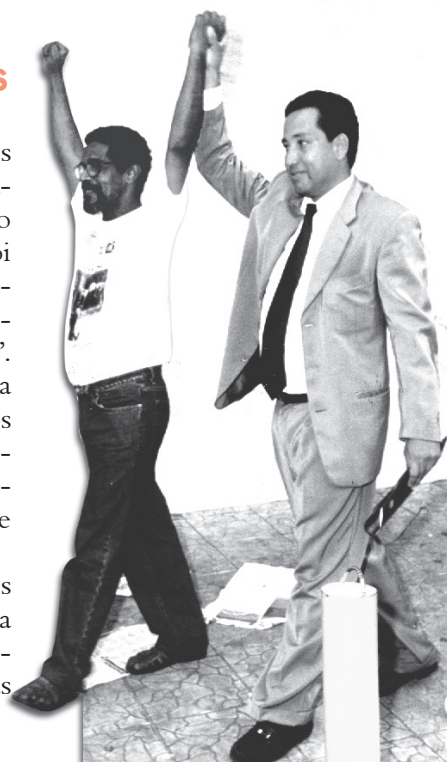
Por ordem da governadora, a polícia intimou o diretor do SEPE e militante do PSTU Gualberto Tinoco (Pitéu) para prestar depoimento sobre a manifestação. Após três horas de depoimento, o delegado Alberto Leite, da 1ª DP – pasmem! - decretou a prisão do servidor em base a um processo por desacato a autoridade de 1976.

Rosinha, enquanto destina recursos para banqueiros e empreiteiras, deixa de pagar os servidores públicos e trata o movimento e as questões sociais como caso de polícia. Enquanto isso, o tráfico fazia a festa.

SERVIDORES NAS RUAS ÀS VÉSPERAS DO CARNAVAL

Cerca de quatro mil servidores realizaram uma passeata na quarta-feira, 26 de fevereiro. No percurso pela Avenida Rio Branco, Pitéu foi lembrado nas intervenções e palavra-de-ordem: "O Pitéu é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo".

A manifestação foi convocada como Bloco Carnavalesco "Unidos dos Servidores". A ala "Somos Todos Pitéu" abria o desfile com integrantes acorrentados e vestidos de presidiários.

Rosinha sugou tanto os salários que foi homenageada com a ala "VampRosinha". Os vampiros vinham acompanhados de centenas de pessoas vestidas de roxo formando a ala "Tô roxo de raiva". Alunos, professores e funcionários da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) mostraram sua indignação na ala "Filhos da Pública".

LULA DEVE REVOGAR LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Existem recursos para pagar os servidores, para a prestação de serviços públicos de qualidade, para aumentar investimentos em saúde, educação, habitação e gerar empregos. Acontece que estes são canalizados para a dívida do Estado com o governo federal e os grandes bancos.

Não somente o Rio, mas boa parte dos Estados vivem uma crise financeira, estrangulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que impede o atendimento das reivindicações dos funcionários estaduais e novos investimentos nas áreas sociais.

Por isso, os servidores, além de seguirem a luta contra Rosinha, devem exigir do governo Lula que revogue a LRF e deixe de pagar os especuladores, banqueiros e o FMI ■

UMA MARCHINHA DO ATO

Eu era servidor
(Ao som de "Xô satanás!")

Eu era servidor
Era respeitado
Tinha meu salário
Tinha calendário
Me endividaram,
me tiraram a paz
Me tiraram a paz, me tiraram a paz
No Palácio Laranjeiras
Garotinho, nunca mais!
Xô satanás!
No Palácio Laranjeiras
Benedita, nunca mais!
Xô satanás!
No Palácio Laranjeiras
Rosinha, nunca mais!
Xô satanás!
No Palácio Laranjeiras
Silveirinha, nunca mais!
Xô satanás!

Não à militarização do Rio de Janeiro

25 de fevereiro: Mais de 30 ônibus queimados, comércio fechado em 19 bairros e quatro cidades. A saída dos governos Rosinha e Lula foi colocar o Exército nas ruas e aumentar as investidas em comunidades pobres.

Essas medidas, além de não servirem de fato para combater a violência do tráfico, só servem para gerar mais violência, agora por parte do Estado, contra a população trabalhadora da periferia do Rio de Janeiro.

Como disse Josias Quintal, secretário de Segurança Pública, "Nosso bloco está na rua. Quem tiver que morrer, que morra". Volta com força a lei do "atira primeiro, pergunta depois". Qualquer trabalhador pobre e negro é visto com "suposto traficante" até prova em contrário.

Segundo a própria Secretaria de Segurança Pública, no carnaval ocorreram 90 homicídios dolosos, um crescimento de 16,88% em relação a 2002. Numa incursão da polícia no Morro da Pedreira, sete pessoas foram assassinadas como "supostos traficantes". Como se isso não bastasse, uma ação do Exército causou a morte de um professor com um tiro de fuzil.

Denunciamos a militarização da segurança pública e a presença do Exército nas ruas do Rio de Janeiro. Exigimos dos governos estadual e federal a realização de investimentos massivos na urbanização das favelas, em saúde, educação e na geração de empregos, pois o grande problema que alimenta o tráfico é a desigualdade social ■

CRISE ECONÔMICA E AÇÃO DAS MASSAS DIVIDEM IMPERIALISMOS IANQUE E EUROPEU

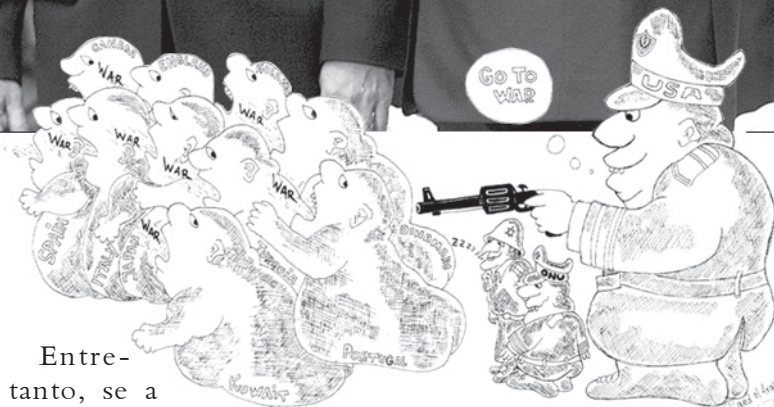
A MAIOR MOBILIZAÇÃO DA HISTÓRIA CONTRA UMA AGRESSÃO IMPERIALISTA AUMENTOU A FRATURA ENTRE OS IMPERIALISMOS, MOTIVADA POR SEUS INTERESSES DE RAPINA. ESTA DIVISÃO PENETROU NO INTERIOR DA PRÓPRIA BURGUESIA NORTE-AMERICANA. A CRISE APROFUNDADA PELA AÇÃO DAS MASSAS COLOCA A POSSIBILIDADE DE DERROTAR BUSH

JOÃO RICARDO SOARES
de São Paulo (SP)

A política armamentista do imperialismo norte-americano não pode ser entendida por fora da profunda crise da economia mundial e do controle da administração Bush pela camarilha militar-petroleira. Ainda que a face militar da pilhagem colonial estivesse sempre presente, prevalecia a guerra econômica pela abertura comercial nos países periféricos.

A ofensiva para aumentar a transferência de riqueza dos países semicoloniais, que conta com uma profunda unidade entre os EUA, França e Alemanha, começou a entrar em crise pela resistência das massas. As insurreições da Argentina e Bolívia e a crise na Venezuela são expressões regionais de um fenômeno mundial.

A dimensão da crise nos países imperialistas e a resistência das massas não criou as condições para que a economia norte-americana vislumbrasse uma recuperação no curto prazo.

Não obstante, para o imperialismo ianque não existe outra perspectiva que não seja aprofundar a guerra econômica na periferia do sistema, por isso, acelera a Alca, intervém na Colômbia e apóia a direita golpista na Venezuela.

Entretanto, se a "guerra econômica" dominou a cena política a partir do 11 de Setembro, o governo Bush avançou em dois sentidos que não podem ser analisados de forma separadas, quais sejam:

1) O fortalecimento da face militar desta ofensiva.

2) A insuficiência na transferência de riquezas para os EUA, via mecanismos econômicos do sistema, dá lugar a pilhagem.

Mas o outro lado desta face militar, que é uma das grandes fontes da instabilidade atual, é que um dos objetivos políticos da guerra também significa transferir parte de sua crise para as outras potências imperialistas, colocando-as a serviço da recuperação da economia americana, a partir da ocupação do Iraque e a militarização do mercado mundial do petróleo. Isto é assim porque a recessão nos três blocos imperialistas (EUA, Europa e Japão) implica que a retomada em um dos pólos somente virá como resultado do aprofundamento da crise nos outros.

No entanto, a combinação entre crise econômica e ação das massas em escala mundial, o aguçamento da divisão interimperialista e a crise de "legitimidade" da opção armada para a recuperação econômica, levou o governo Bush a se deparar com um quadro em que o custo político-econômico da guerra pode entrar em contradição com uma vitoria militar. A guerra não tem um objetivo em si mesmo, senão como parte dos objetivos político-econômicos que a determinam. A crise nestes objetivos coloca cada vez mais a possibilidade de uma derrota do governo Bush ■

Qual a verdadeira contradição da França e da Alemanha com Bush?

Quando os imperialismos francês e alemão votaram a resolução 1441 no Conselho de Segurança da ONU, que autoriza a agressão imperialista, buscavam negociar em melhores condições a ocupação norte-americana do Iraque. Sabiam que já estava lançada a armadilha, pois, independente do resultado das inspeções, o Iraque estaria descumprindo a resolução.

No meio tempo, Chirac vazava para a imprensa o plano francês: ampliar o período de inspeção e ao mesmo tempo ocupar o Iraque com uma força multinacional da ONU. Ou seja, em vez de um protetorado norte-americano, protetorado "multilateral".

A essência da resistência alemã e francesa sempre foi o resguardo de seus interesses imperialistas. Neste marco, impedir o aumento da dependência européia da importação de petróleo e impedir que os "petrodólares" tenham como único destino os bancos ingleses e americanos.

Não faz muito tempo que as negociações entre alemães e americanos resultaram na "harmonia" inter-imperialista: no Afeganistão, enquanto a maioria das tropas "pacificadoras" são da Alemanha, o gaseoduto é construído pela empresa norte-americana Unocol.

À parte os reais interesses econômicos em jogo, a onda de mobilização que invadiu a Europa é a grande responsável de que Chirac e Schroider se vejam obrigados a opor mais resistência aos planos de Bush.

Em verdade o novo elemento qualitativo que impõe limites cada vez mais estreitos aos imperialismos europeus é o espetacular rechaço à guerra das massas e as maiores mobilizações da história contra uma agressão imperialista.

"Não vejo como um líder pode pretender ir à guerra, quando tem a maior parte da população e maior parte do próprio partido contra ele" dizia um parlamentar fiel ao primeiro-ministro britânico Tony Blair, provavelmente a primeira "vítima" política na Europa que irá para a sarjeta por conta da guerra.

Este ambiente explica o fato de que a conservadora CES (Confederação Européia de Sindicatos) marque uma greve européia de 15 minutos e a central sindical grega tenha chamado uma greve de um dia por ocasião da reunião da OTAN em Atenas.

Esta situação inviabiliza os planos de Chirac de um protetorado "multilateral" que resguarde os interesses da França e tensiona as relações entre os distintos imperialismos ■

Crise chega aos Estados Unidos

Ainda que as mobilizações nos EUA não tenham a mesma dimensão das européias, já se produzem antes da guerra e indicam uma tendência de crescimento. Enquanto as massas norte-americanas não dão a última palavra, a grande discussão entre a grande burguesia norte-americana é se os objetivos políticos e econômicos que motivam a guerra podem ser alcançados no quadro atual.

O insuspeito *New York Times*, ferrenho defensor de uma invasão do Iraque, concluía assim seu editorial: "(Os EUA*) também necessitam demostrar, com um exemplo, que existem regras certas que todos devem seguir, e uma das mais importantes entre essas determinações é que você somente pode invadir outro país se possuir razões obrigatórias. Quando o objetivo é confuso, ou está baseado em proposições questionáveis, mostra-se apropriado parar e buscar um meio menos extremo para alcançar suas metas" (NYT, 09.03.003).*

O que argumenta o *NYT* é que a primeira batalha já foi perdida: a legitimação da agressão imperialista como uma "guerra justa" baseada na "legitima defesa". Entretanto, as relações carnais do governo Bush com a industria militar e as empresas petroleiras dificultam uma saída negociada com França e Alemanha. Do lado europeu, as massas na rua impedem a construção de uma manobra de última hora que salve o governo Bush, e permita uma "legalização" da ocupação. A única hipótese de evitar a crise seria uma ocupação sem a resistência das massas iraquianas ou a capitulação de Saddam.

Em qualquer caso, estamos diante de grandes acontecimentos. A continuidade das mobilizações é a única maneira de derrotar as manobras de Chirac e a barbárie da guerra imperialista patrocinada por Bush ■

Coordenação dos movimentos anti-guerra reúne 28 países e propõe novas ações

Dirceu Travesso, militante do PSTU e membro da executiva nacional da CUT, esteve em Londres na reunião convocada pela Coalizão Parem a Guerra. Para ele, o encontro representou um "grande avanço do movimento contra a guerra na medida em que propôs um plano de mobilizações coordenadas no mundo". Segundo Dirceu, a tendência é que se incorporem mais países à próxima jornada mundial de lutas. Abaixo publicamos o manifesto aprovado.

"Após o sucesso sem precedentes do dia global contra a guerra em 15 de fevereiro, nós anunciamos uma escalada maciça de ações nas próximas semanas para tentar evitar a guerra. Nós acreditamos que a guerra contra o Iraque está errada tendo ou não o apoio da ONU.

Haverá ação direta em instalações militares para paralisar o transporte militar, pressão de massas sobre parlamentares e representantes da ONU, greves e ocupações estudantis, atividades nos locais de trabalho, assembléias e consultas populares contra a guerra.

Agora cada dia é crucial para impedir a guerra.

E muitos países haverá manifestações de massa no 8 de março – Dia Internacional da Mulher.

Em muitos países haverá manifestações, protestos e desobediência civil de massas no dia 15 de março em solidariedade com a manifestação "Convergir na Casa Branca" em Washington.

No dia 21 de março haverá, onde for possível, um dia de solidariedade sindical contra a guerra. Isto envolverá assembléias nos locais de trabalho e várias formas de manifestação. Em alguns países greves nacionais contra a guerra estão sendo planejadas. Chamamos os sindicatos de todos os países a apoiar e promover atividades contra a guerra.

Nós alertamos os partidários da guerra que se eles ignorarem a opinião pública mundial e lançarem um novo ataque contra o Iraque, haverá uma grande onda de resistência.

No dia do ataque chamamos a realização de protestos de massa no centro de todas as cidades do mundo.

No domingo seguinte nós chamamos manifestações de massa em todas as cidades centrais.

Permaneceremos ombro a ombro com o povo iraquiano em convocar todos em todos os lugares a dar sua contribuição na tentativa de parar esta guerra insana."

Governo Lula: neutralidade e apoio disfarçado aos EUA

O ministro das relações exteriores do governo Lula afirmou que *"O Brasil não está ao lado de um governo ou de outro no tema do Iraque. Queremos o desarmamento do Iraque, mas a realidade de uma guerra somente traria conseqüências negativas para o país"* (OESP, 11.03). Isso eqüivale a dizer que para "desarmar" o Iraque, Amorim estaria a favor da guerra, se esta não acarretasse conseqüências negativas para o Brasil?!

O absurdo da segunda parte da frase, chega a ser inclusive contraditória com a falsa tese da neutralidade expressa pelo ministro na mesma declaração. Amorim na verdade o que faz é assumir a tese de Bush de que o Iraque representa uma ameaça para a humanidade e necessita ser desarmado.

Alguns dirão que foi um deslize do ministro. Entretanto, no mesmo dia, em um discurso para empresários, Lula afirma que a *"solução ideal"* é que *"possamos fiscalizar devidamente o Iraque e não permitir que a guerra seja a única saída"* (idem). Nenhuma palavra sobre os verdadeiros interesses em jogo nesta agressão imperialista, nenhuma palavra sobre a defesa da soberania de um povo submetido a um dos mais horrendos genocídios que a humanidade conheceu.

Para Amorim e para o presidente Lula não existe agressor e agredido. Enquanto as bombas estiverem caindo sobre a população iraquiana o governo Lula estará "neutro". Estranha neutralidade entre agressores e agredidos. Neutralidade que defende o "desarmamento do Iraque" e nada diz sobre o arsenal nuclear americano.

No entanto, a única forma de impedir que a guerra traga *"conseqüências negativas para o país"* não é ficando "neutro", é suspendendo o pagamento da divida externa, rompendo as negociações da Alca e o acordo para a instalação da base de Alcântara. A política tem sua própria lógica e é implacável. Quem não defende a soberania do Iraque dificilmente estará em condições de defender a soberania brasileira ■

AVANÇA A LUTA CONTRA A GUERRA

Em todo o mundo avança a luta contra a agressão militar do imperialismo norte-americano ao Iraque. Depois do 15 de fevereiro, seguiram ocorrendo importantes manifestações. A onda da luta contra a guerra teve um novo pico no 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

A reunião da Coordenação Internacional Contra a Guerra, realizada em Londres no começo do mês, declarou-se contra a agressão imperialista com ou sem o apoio da ONU e aprovou um novo calendário internacional de luta.

No dia 15 de março, quando este jornal estiver chegando aos nossos leitores, estarão ocorrendo protestos em solidariedade à manifestação "Convergir na Casa Branca", organizada em Washington. No Brasil há atos marcados em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Já no dia 21 ocorrerá um dia de solidariedade sindical internacional contra a guerra. Em alguns países greves gerais contra a guerra estão sendo planejadas.

No domingo seguinte ao possível início dos ataques foram agendadas manifestações de massa em todas as grandes cidades do mundo.